

CONTROLE E DOMÍNIO TERRITORIAL NO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA CIA MATTE LARANJEIRA NO PERÍODO DE 1883 A 1937

CONTROL Y DOMINIO TERRITORIAL EN EL SUR DEL ESTADO DE MATO GROSSO: UN ANÁLISIS DE LA ACTUACIÓN DE LA CÍA. MATTE LARANJEIRA EN EL PERÍODO DE 1883 A 1937

CONTROL AND TERRITORIAL DOMAIN IN THE SOUTH OF THE STATE OF MATO GROSSO: AN ANALYSIS OF THE PERFORMANCE OF MATTE LARANJEIRA COMPANY IN THE PERIOD BETWEEN 1883 AND 1937

Walter Guedes da Silva

Doutor em Geografia Humana pela FFLCH/USP. Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Endereço: Rua 14 de julho, nº. 4465, Garden das Palmeiras, Ap. 1605, Bairro São Francisco. 79.010-470. Campo Grande (MS). E-mail: guedes@uems.br

Resumo: O acordo da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) realizado durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), que definiu o limite territorial entre Brasil e Paraguai, foi decisivo para que, durante o período de 1883 a 1937, o sul do atual estado de Mato Grosso do Sul se configurasse por uma estrutura produtiva caracterizada por grandes propriedades rurais, com a exploração das tradicionais atividades econômicas: erva-mate e gado. Este artigo tem como objetivo analisar a papel da Cia Matte Larangeira, empresa que nesse período teve o monopólio da produção e comercialização da erva-mate na região, no processo de estruturação do território regional caracterizado por grandes fazendas de erva-mate e de gado, que, aliada a membros do governo do Estado, impôs, durante décadas, forte domínio e controle territorial na região. Para atender tal objetivo e elucidar os ideais do governo em integrar a região de domínio da erva-mate ao mercado externo, este artigo foi organizado com base na historiografia regional e na análise de textos que discutem a referida temática.

Palavras-chave: erva-mate; gado; Cia Matte Larangeira; monopólio; latifúndio.

Resumen: El acuerdo de la Tríplice Alianza (Argentina, Brasil y Uruguay) realizado durante la Guerra del Paraguay (1864-1870), que definió el límite territorial entre Brasil y Paraguay, fue decisivo para que, durante el periodo de 1883 a 1937, el sur del actual estado de Mato Grosso del Sur se configurase por una estructura productiva caracterizada por grandes propiedades rurales, con la exploración de las tradicionales actividades económicas: yerba mate y el ganado. Este artículo tiene como objetivo analizar el papel de la Cía. Matte Larangeira, empresa que en ese periodo tuvo el monopolio de la producción y comercialización de la yerba mate en la región, en el proceso de estructuración del territorio regional caracterizado por grandes haciendas de yerba mate y de ganado, que, aliada a miembros del gobierno del Estado, impuso, durante décadas, fuerte dominio y control territorial en la región. Para atender tal objetivo y elucidar los ideales del gobierno en integrar la región de dominio de la yerba-mate al mercado externo, este artículo fue organizado con base en la historiografía regional y en el análisis de textos que discuten la referida temática.

Palabras llave: yerba mate; ganado; Cía. Matte Larangeira; monopolio; latifundio.

Abstract: The Triple Alliance Agreement (Argentina, Brazil and Uruguay) made during the Paraguay War (1864-1870), which defined the territorial boundary between Brazil and Paraguay, was decisive so that, during the period between 1883 and 1937, the south of the present state of Mato Grosso do Sul formed a productive structure characterized by large farmlands, exploring the traditional economic activities: Paraguay tea (maté/ Yerba Mate) and cattle. This article aims to analyze the role of Matte Larangeira Company, enterprise which in this period monopolized the production and trade of the Paraguay tea in the area, in the process of structuring the nearby territory characterized by large farms of Paraguay tea and cattle, that together with members of the state government, had strong power and land control in the area for decades. In order to accomplish such goal and clarify the government's ideals to integrate the area of domain of the Paraguay tea to the external market, this article was organized based on the regional history and on the analysis of texts about the topic.

Key words: Paraguay tea; cattle; Matte Larangeira Company; monopoly; land property.

INTRODUÇÃO

Findada a Guerra do Paraguai em 1º de março de 1870, constituiu-se a Comissão Mista de Limites Brasil-Paraguai para estabelecer a linha divisória entre os dois países. As novas relações que se processaram no sul da Província de Mato Grosso com o término da Guerra, não se limitaram apenas à demarcação dos limites nacionais, mas também a atuação do capital na formação das grandes fazendas de gado e a exploração e comercialização dos ervais nativos realizado pela Cia Matte Larangeira.

A FORMAÇÃO DOS PRIMEIROS NÚCLEOS URBANOS NO SUL DA PROVÍNCIA DO MATO GROSSO (1593-1862)

Como o estado de Mato Grosso do Sul foi criado em 1977 e neste artigo foram utilizados dados e informações de períodos que antecederam sua criação, será utilizada a nomenclatura empregada para o ano mais recente da data analisada, conforme Quadro 1.

Quadro 1: Terminologias utilizadas para se referir ao estado de Mato Grosso do Sul (1500-2012)

PERÍODO	DOMÍNIO	TERMINOLOGIA
1500 a 1617	Colônia Espanhola	<i>Adelantazgo</i> da Província do rio da Prata
1617 a 1750	Colônia Espanhola	Província do Paraguai
1750 a 1822	Colônia Portuguesa	Capitania de Mato Grosso
1822 a 1889	Brasil Império	Província de Mato Grosso
1889 a 1977	Brasil República	Estado de Mato Grosso
1977 a 2012	Brasil República	Estado de Mato Grosso do Sul

Organizador: Walter Guedes.

A presença dos índios na região de domínio da erva-mate remonta ao século 16 com a presença dos Guarani, que foi o maior grupo indígena que já ocupou a região e que durante séculos desenvolveu uma agricultura de subsistência, com destaque para o cultivo de milho e mandioca (base da alimentação). Dos Guarani surgiram outros dois grupos étnicos presentes até hoje na região: Guarani-Kaiwá e Guarani-Ñhandeva.

A presença dos espanhóis e portugueses na região durante o século 17, acompanhada de constantes e sucessivos conflitos seguidos de mortes, enfraqueceu e dizimou parte desse grupo étnico, abrindo espaço para que outros grupos indígenas avançassem para a região, como os Guató, Kaiapó, Ofaié-Xavante, Paiaguá, Terena e Kadiwéu. Segundo Valverde (1972, p. 99):

Esses índios tinham uma economia natural, isto é, desconheciam o comércio, a moeda e se encontravam no estágio neolítico [...]. Nesse modo de produção de comunismo primitivo, os trabalhos agrícolas são efetuados coletivamente pelos membros da tribo e os seus resultados são desfrutados em conjunto. Não há propriedade da terra e os limites da área explorada pelos habitantes de cada maloca são extremamente imprecisos. Eis uma das causas das frequentes lutas entre as comunidades tribais.

Os Bandeirantes que vinham de São Paulo não respeitavam os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas e avançavam para o oeste, estabelecendo contatos com os índios da região. Com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, o Tratado de Tordesilhas foi anulado, prevalecendo, no novo Tratado, a posse da terra a quem nela já estava, o que acabou com o domínio dos espanhóis na Província do Paraguai. Mas os constantes conflitos entre portugueses e espanhóis levaram ao cancelamento desse Tratado, em 1761 e, após o confronto em que os espanhóis saíram vitoriosos no Forte de Coimbra, os dois países redefiniram a posse das terras na fronteira Brasil-Paraguai e criaram, em 1777, o Tratado de Santo Idelfonso. Esse novo tratado em nada diferia do Tratado de Madri e a clássica discórdia entre os membros das comissões que deveriam demarcar o limite de domínios entre portugueses e espanhóis, assentado na imprecisão quanto à localização dos rios Iguaré (atual rio Ivinhema) e Apa, permaneceu (PINTO SOBRINHO, 2009, pp. 25-28).

A busca pelo ouro em Cuiabá, em 1719, antes mesmo do Tratado de Madri, levou os monçoneiros a fundarem, em 1720, a Fazenda Camapuã – estratégico ponto de

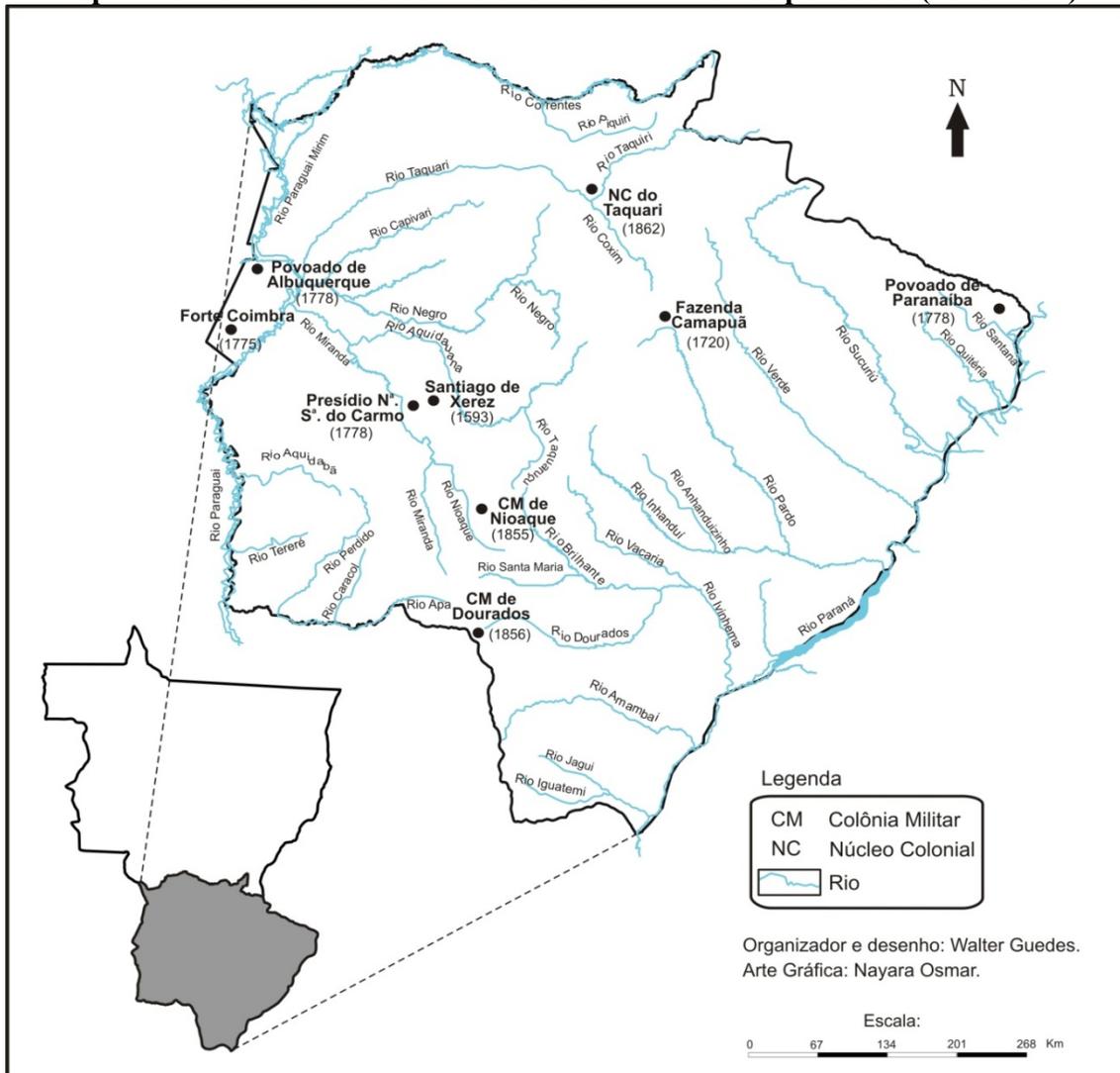
parada, próxima aos afluentes dos rios Pardo e Coxim. À medida que os Bandeirantes se distanciavam do litoral, fixaram-se no território e formaram os primeiros povoados.

O primeiro povoado do sul da Província do rio da Prata foi Santiago de Xerez, fundado em 1593 pelos espanhóis, numa região localizada no baixo rio Ivinhema. Ainda não se sabe a localização exata desse primeiro povoado, conhecido como Primeira Xerez, mas os constantes conflitos com os índios fizeram com que seus fundadores a abandonassem e migrassem para outro ponto às margens do rio Ivinhema, reedificando, em 24 de março de 1593, a Segunda Xerez, também chamada cidade de Xerez. As disputas pela posse das terras da Segunda Xerez, por membros do governo do Paraguai, fizeram com que esse povoado fosse transferido para as margens do rio Miranda, em 1596. A cidade de Xerez representava importante ponto estratégico para o governo do Paraguai em função do contato com as regiões produtoras de metais preciosos e pela representatividade que ela poderia desempenhar com as principais províncias platinas.

Mas a desejada prosperidade econômica, almejada pelo governo paraguaio, não chegou à cidade de Xerez. Os constantes conflitos com os indígenas, as enfermidades, as epidemias e a falta de uma atividade econômica que conferisse riqueza ao governo, fizeram com que a Cidade de Xerez fosse abandonada à própria sorte. Em 1632, a cidade foi invadida e destruída por portugueses vindos de São Paulo. Atualmente, a área é palco de pesquisas científicas e escavações para que se constitua na região um parque histórico binacional. A região já foi considerada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como o primeiro sítio arqueológico estadual e está localizada a 15 km da cidade de Miranda.

O Tratado de Madri contribuiu para que os portugueses construíssem edificações em terras no sul da Capitania de Mato Grosso. Para isso, criaram, em 1775, o Forte Coimbra, localizado no atual município de Corumbá. Em 1778, construíram o Presídio Nossa Senhora do Carmo do rio Mondego, que deu origem, em 1857, à cidade de Miranda. Além do Forte e do Presídio, houve dois povoados chamados Albuquerque: um, fundado em 1778 o qual deu origem à cidade de Corumbá, em 1850; o outro – Paranaíba – constituído por migrantes mineiros que, a partir de 1829, foram para o extremo leste da Província, fronteira com Minas Gerais, cultivar gado. Esse povoado deu origem à cidade de Paranaíba, em 1857.

Mapa 1: Sul da Província de Mato Grosso - Primeiros povoados (1593-1862)

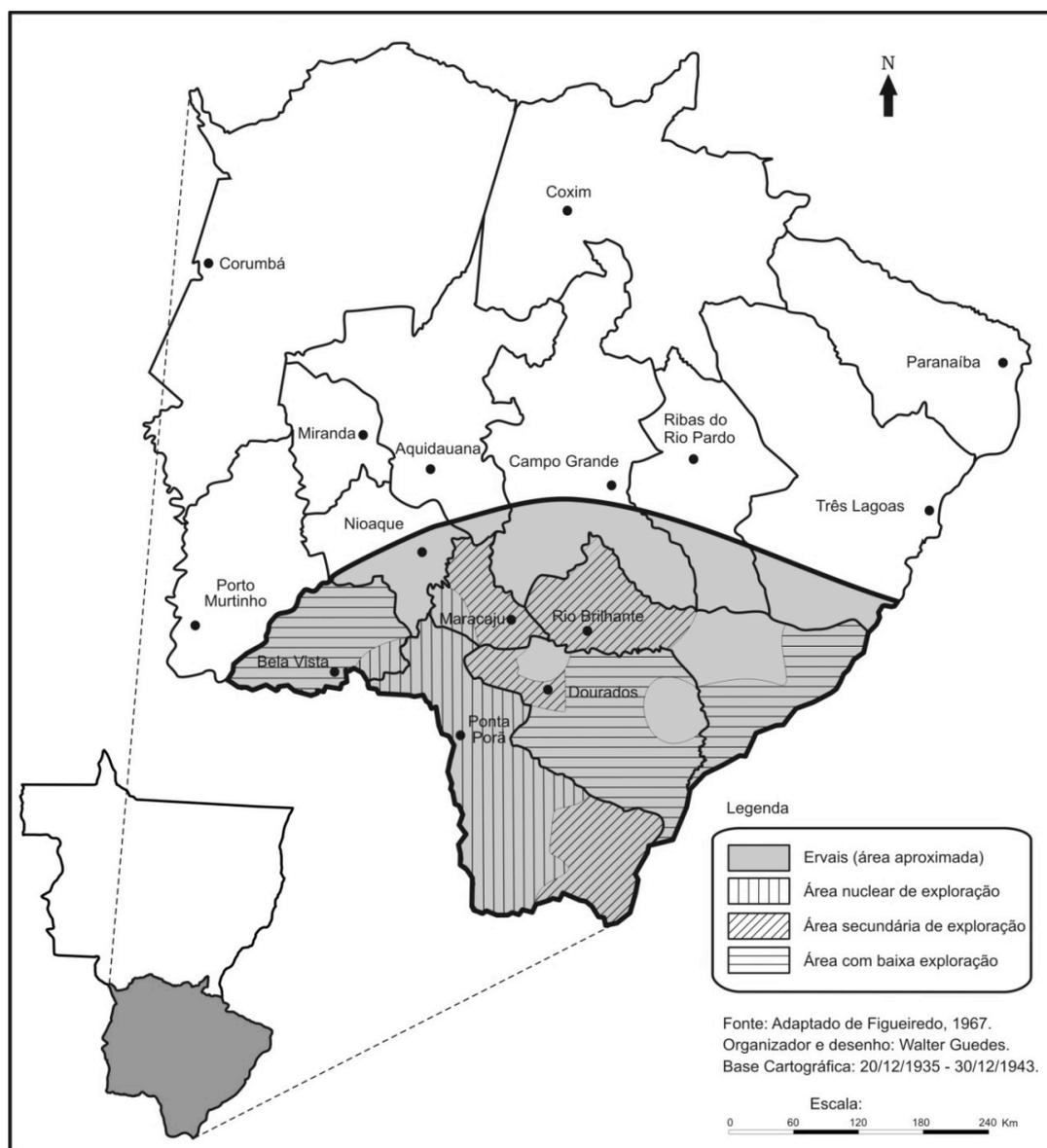


As Colônias Militares, criadas a partir de 1855, contribuíram para a formação de cidades no sul do estado de Mato Grosso, a partir de 1890. Foi o caso da primeira Colônia Militar da Província de Mato Grosso, criada às margens do rio Nioaque a qual deu origem, em 1890, à cidade de Nioaque. Em 1856, o governo criou a Colônia Militar de Dourados, às margens do rio Dourados, a qual originou a cidade de Ponta Porã, em 1912. Finalmente, o Núcleo Colonial do Taquari, às margens do rio Taquari, criado em 1862 como sede do destacamento militar, deu origem, em 1898, à cidade de Coxim.

A FORMAÇÃO DAS FAZENDAS DE GADO

O fim da Guerra do Paraguai, somado à queda da atividade mineradora centrada em Cuiabá, representou uma nova fase na reestruturação do poder político e econômico em nível regional, marcado pela perda do prestígio de Cuiabá como capital da Província e ascensão de uma nova elite na região de domínio da erva-mate. O recorte geográfico dessa região durante o período de 1870 (quando se iniciou a exploração dos ervais nativos na região) a 1937 (quando foi aprovada a Constituição que proibiu o arrendamento de grandes propriedades em regiões de fronteira), abrange o centro-sul do estado de Mato Grosso, que conferiu à região uma estrutura territorial assentada na grande propriedade rural.

Mapa 2: Sul do estado de Mato Grosso – Região de domínio da erva-mate (1870-1937)



Com o fim da Guerra, muitos ex-combatentes, no caso os índios Guarani, permaneceram na região de domínio da erva-mate por acreditarem que as condições nessa região seriam melhores do que no devastado Paraguai. Esses trabalhadores possuíam excelente habilidade para a lida com a erva-mate (planta nativa da região), pois os Guarani foram os precursores do cultivo da erva na região. Os índios também foram utilizados para o trabalho braçal (abertura de picadas, construção de casas, etc.) e de campo (agricultura e pecuária).

Além dos trabalhadores que se fixaram na região de domínio da erva-mate e que serviram de mão de obra para os fazendeiros, houve o retorno dos fazendeiros de gado que haviam se refugiado em Cuiabá. Esses fazendeiros tiveram que recompor seu gado e as benfeitorias de suas propriedades, as quais haviam sido destruídas durante a Guerra. Com o retorno dos fazendeiros e o enfraquecimento do Estado paraguaio, muitas empresas estrangeiras investiram em fazendas de gado na região que já possuía uma estrutura fundiária com base na grande propriedade rural, herança das sesmarias.

Segundo Valverde (1972, p. 115): “Os investimentos estrangeiros em latifúndios pastoris se explicam por exigirem estes relativamente pequeno capital, proporcionavam lucro fácil, com mão de obra restrita e barata, havendo ainda, com o decorrer do tempo, valorização do imóvel”. Acrescenta-se ainda a oferta de terras fartas e baratas, a abundância de matéria-prima e a demanda do mercado nacional e internacional por carne bovina.

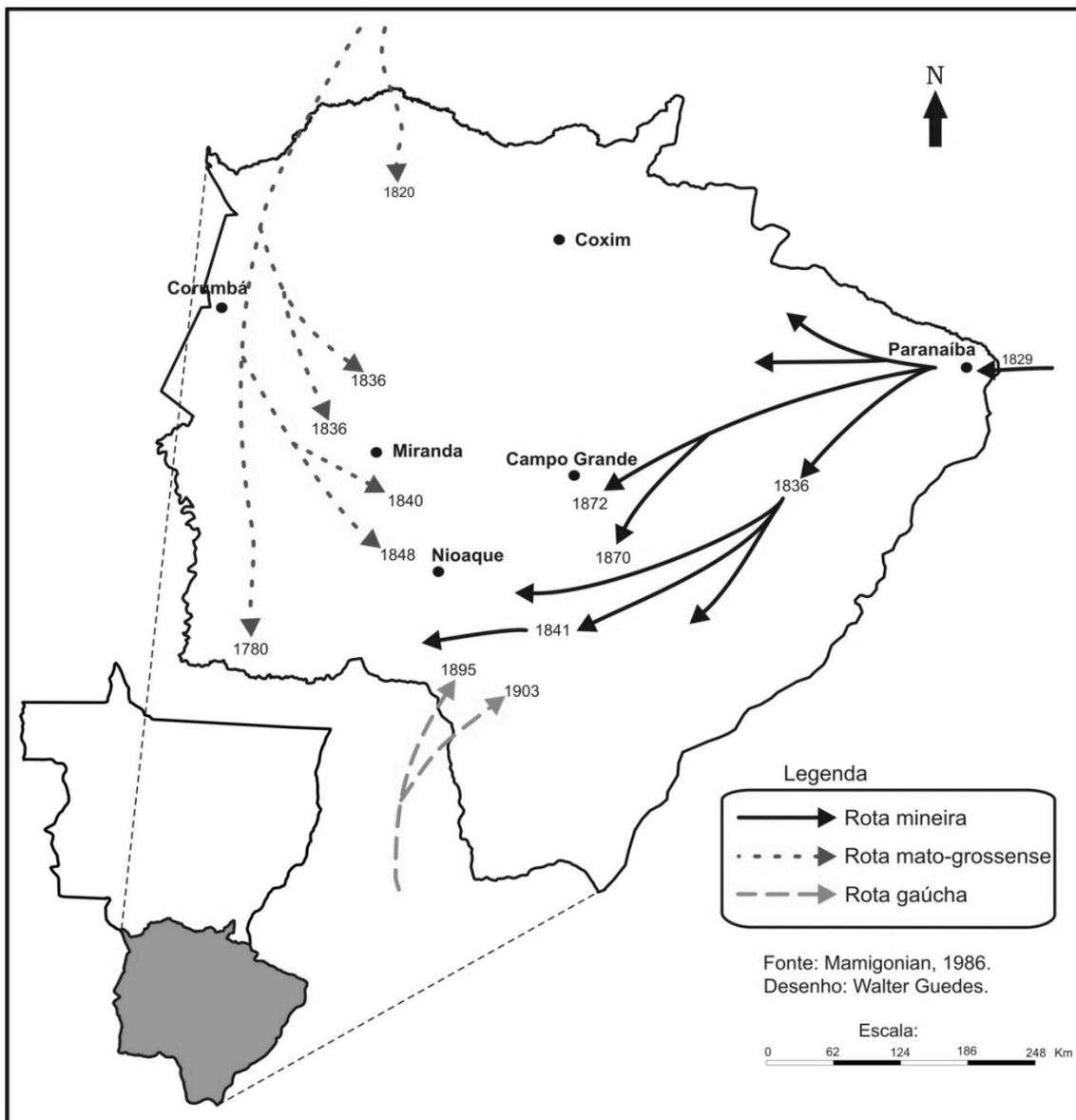
É importante destacar que a origem das primeiras fazendas de gado remonta aos anos 30 do século 19, quando se registraram os primeiros movimentos de fazendeiros do norte da Província de Mato Grosso para o sul da Província. Segundo Campestrini (2009, p. 16), esses fazendeiros, de origem portuguesa, estavam fugindo da Revolta Nativista de 1834, conhecida como Rusga (movimento de hostilidade aos portugueses).

As Colônias Militares instaladas nos anos 50 e 60 do mesmo século, também contribuíram para a vinda dos fazendeiros. Além dos mato-grossenses vindos do norte da Província, também houve um fluxo migratório de pecuaristas de Minas Gerais que entraram por Santana do Paranaíba e chegaram ao sul da Província, depois de 1840.

Com a Revolução Federalista ocorrida no Rio Grande do Sul, vários gaúchos, fugindo das consequências da Revolução - seja pela destruição de suas propriedades, seja pela perseguição política, aproveitaram a oportunidade para ocupar as terras na

região de domínio da erva-mate. Apesar das terras devolutas e introduzir a pecuária bovina ou o extrativismo da erva-mate era uma boa alternativa para os que almejavam se tornar proprietários, uma prática comum na época. Sobre os migrantes gaúchos, Figueiredo (1967, p. 220) afirma: “Organizaram-se caravanas, ou ‘comitivas’, que fugindo do problema político ou por terem suas propriedades destruídas ou, ainda, por procurar melhor sorte, demandaram as regiões centrais, engrossando a população matogrossense”.

Mapa 3: Sul do estado de Mato Grosso - Rota de avanço da pecuária bovina (1780-1903)



Segundo Corrêa (2006, p. 52), a Guerra do Paraguai trouxe novas oportunidades de exploração dos recursos regionais ao ter possibilitado a abertura do rio Paraguai à

navegação, abrindo “a brecha necessária aos investimentos de capital na região mato-grossense, tanto no setor da produção agropecuária como, principalmente, no comércio importador-exportador”. A expansão das fazendas de gado na região também contou com investimento de capitais estrangeiros que adquiriram centenas de milhões de hectares para o desenvolvimento da pecuária extensiva.

Nesse contexto, a posse da terra na região tornou-se monopólio de um reduzido grupo, caracterizando um processo de concentração de terra e a formação de uma elite de grandes proprietários, marginalizando, em contrapartida, uma grande maioria da população que, como alternativa de sobrevivência, teve de vender sua própria força de trabalho (CORRÊA, 2006, p. 72).

A entrada de capitais estrangeiros para a criação de gado levou à formação de uma elite regional assentada na exploração da pecuária bovina. A baixa densidade demográfica e as precárias condições de transporte e comunicação dificultaram a ação do Estado contra a violência e o crime. Segundo Mamigonian (1986, pp. 39-58), a presença da pecuária bovina em todo o sul do estado de Mato Grosso, caracterizada pela grande extensão territorial, não estimulou o desenvolvimento de uma malha de cidades.

Se a presença da pecuária bovina e o clima de instabilidade política e de violência presentes na região não contribuíram para o aumento no fluxo migratório e para a formação de grandes cidades, o mesmo não se pode dizer da atuação dos coronéis criadores de gado, que, utilizando-se muitas vezes de práticas criminosas, encontraram condições propícias para legitimar a posse da terra e o poder regional.

Segundo Corrêa (2006, pp. 18-19), a formação dos coronéis no sul do estado de Mato Grosso ocorreu no período de 1889 a 1943, quando uma elite regional se fortaleceu com a conivência de um Estado débil a serviço das oligarquias regionais. Os coronéis eram homens de poder econômico que se dedicavam a causas políticas com o uso de armas, submetendo ao seu jugo toda a sociedade regional: posseiros, camponeses, sem-terra, assalariados, etc., que não dispunham de condições financeiras ou políticas para enfrentar os homens armados que trabalhavam para os coronéis.

Tal poder não era estabelecido apenas pelos criadores de gado; algumas autoridades políticas eram verdadeiros coronéis que, fazendo uso da máquina do Estado, mantinham sob seu domínio ou influência um núcleo urbano ou cidade. Não raro uniam-se a algum grande fazendeiro para, juntos, compartilharem o poder regional.

O poder não era mantido apenas por um grupo oligárquico, mas por grupos afins que, unidos por interesses comuns, concentraram suas posses e patrimônios. Eram os coronéis quem mantinham o poder e a influência no comércio, nos empregos públicos e em quase toda a vida social dos vilarejos e cidades. Também tinham grande capacidade de mobilizar forças locais sob seu comando, pois contavam com prestígio junto às autoridades estaduais.

O advento da república não trouxe para Mato Grosso mudanças substanciais que pudessem modificar as relações sócioeconômicas da região e caracterizar uma nova situação em relação à violência e ao banditismo ali existente. Na realidade, a nova ordem política veio tão somente consolidar uma situação pré-existente no cenário das lutas pelo poder de mando em nível local e regional, intensificando o clima de violência e abrindo maior espaço à atuação declarada do coronelismo (CORRÊA, 2006, pp. 36-37).

Os constantes conflitos armados pelo domínio regional limitaram uma maior expansão do gado na região de domínio da erva-mate, fato que não ocorreu no extremo oeste e norte da Província de Mato Grosso, onde as fazendas de gado expandiram-se rapidamente. Mesmo assim, a pecuária ampliou as possibilidades de ganho com o desenvolvimento das charqueadas. Segundo Queiroz (2004, p. 411), “esse número aumentaria ainda mais quando, em decorrência da Primeira Guerra Mundial, se verificou um grande aumento na demanda internacional por carne”.

O aumento das charqueadas deu-se, principalmente, pela conjunção de quatro aspectos: aumento da demanda dos mercados platinos, em que Corumbá assumiu o papel de principal entreposto de comercialização e exportação dos charques e dos derivados do gado; excedente bovino barato e subutilizado; crescente demanda dos mercados do Rio de Janeiro e do Nordeste; e abertura do transporte fluvial, que possibilitou uma nova rota de escoamento da produção.

A partir de 1873, empresários dos países platinos, vinculados aos interesses ingleses, aproveitaram-se da isenção de impostos para a produção do charque e instalaram-se na região de domínio da erva-mate. A presença desses empresários-latifundiários foi fundamental para o processo de estruturação do território. É em meio a esse quadro de consolidação de uma elite regional assentada na pecuária bovina, que os coronéis atuaram na região e estruturaram o território para a produção de gado que era comercializado, principalmente, com os países platinos.

Além da pecuária bovina, a outra única atividade de expressão econômica localizada na região no final do século 19 e início de século 20 foi a erva-mate. Ambas impuseram uma organização regional com predomínio da grande propriedade rural, sendo as forças hegemônicas de reprodução do capital.

O IMPÉRIO DA ERVA-MATE E O MONOPÓLIO DA CIA MATTE LARANGEIRA

A exploração da erva-mate, que se inicia no sul da Província do Mato Grosso a partir de 1870, configurou o território regional caracterizado por três aspectos: associação do Estado ao capital empresarial para a exploração da erva-mate; monopólio de uma grande empresa na exploração da erva-mate e domínio e controle territorial que impediram/limitaram o desenvolvimento de outras atividades econômicas e a ocupação regional.

Durante a demarcação dos limites territoriais entre Brasil-Paraguai, a comissão responsável pela demarcação contratou Thomáz Larangeira - brasileiro que serviu ao exército do Brasil durante a Guerra do Paraguai. Como a região ainda era desconhecida para a grande maioria dos membros da comissão, Thomáz Larangeira destacou-se pelo conhecimento que detinha da geografia local, tornando-se o fornecedor oficial de víveres para a comissão que encontrava dificuldades para seu abastecimento.

No desempenho do cargo de fornecedor de víveres, Thomáz Larangeira avançou para a região de domínio da erva-mate, que não estava sendo explorada com fins econômicos. Como homem de negócios, lançou a ideia de explorar e industrializar os ervais nativos da região, iniciando, em 1878, um empreendimento industrial ervateiro. O negócio prosperou e, em 1882, Thomáz Larangeira oficializou sua atividade pedindo ao governo da Província de Mato Grosso autorização para comercializar os ervais nativos na fronteira com o Paraguai.

Thomáz Larangeira obteve uma primeira autorização do governo da Província para explorar a erva-mate por meio do Decreto nº. 8.779 de 1882, na fronteira com o Paraguai (ver mapa 4). O próspero negócio com a erva-mate levou Thomáz Larangeira a ampliá-lo e fundar, em 25 de julho de 1883, a Cia Matte Laranjeira. Assim como a pecuária bovina, essa atividade era vinculada ao mercado externo. A criação da Cia foi vinculada à empresa exportadora de erva-mate argentina chamada Francisco Mendes

Gonçalves & Cia, que recebia a produção da Cia Matte Larangeira destinada ao mercado argentino. O objetivo de explorar os ervais nativos na região impulsionou uma configuração do território sob domínio do capital empresarial com apoio e incentivo do governo da Província de Mato Grosso.

Thomáz Larangeira tinha um bom relacionamento com altos cargos do governo de Mato Grosso, o que lhe proporcionou proteção e exclusividade para a exploração da erva-mate. Mediante qualquer ameaça legal, o concessionário solicitava proteção do Estado. É o que relata Arruda (1989, p. 40):

Assim sempre que o monopólio legal da exploração fosse ameaçado, Larangeira poderia recorrer aos seus “amigos” do poder público. Por exemplo, no final da década de 80, uma concessão feita a um concorrente leva-o a solicitar ajuda do presidente do Estado de Mato Grosso, o General Antonio Maria Coelho. Este anulou a concessão do concorrente e ordenou ao Comandante militar de Ponta Porã a expulsão dos intrusos, ou seja, o recurso da coação legítima do Estado. A manutenção do “espaço físico dos ervais” livre de intrusos, foi um dos recursos utilizados tanto por Larangeira, como posteriormente pela Matte Larangeira, para manter o controle sobre a região, vinculando um pouco mais o público e o privado.

O valorizado preço da erva-mate no mercado externo conferia bons rendimentos não só à Cia Matte Larangeira, mas também ao Estado, que se beneficiava dos impostos de exportação que aumentavam a cada ano. Segundo Corrêa (2006, p. 105), o valor de exportação da erva-mate do estado de Mato Grosso, em 1890, foi de 89:655\$000, chegando a 551:605\$000, em 1894. Até o final do século 19, a erva-mate foi o gênero alimentício que mais conferiu receita aos cofres públicos do governo do estado de Mato Grosso.

Tabela 1: Estado de Mato Grosso - Imposto arrecadado com a exportação dos principais gêneros alimentícios (1895, 1897, 1899 e 1901)

PRODUTOS	1895	1897	1899	1901
Borracha	39:137\$850	55:909\$350	183:160\$617	124:654\$950
Erva-mate	250:002\$000	251:002\$800	250:277\$123	250:012\$277
Gado	41:739\$000	74:012\$000	43:179\$000	59:647\$000
Couros e peles	39:986\$260	55:816\$880	93:078\$785	76:802\$614
Ipecacuanha	22:018\$000	17:292\$800	26:335\$452	59:109\$500
Extrato de carne e produtos animais	20:284\$953	19:628\$801	20:373\$509	26:373\$738

Fonte: Corrêa, 2006, p. 121.

Na região de domínio da erva-mate, as principais atividades econômicas foram a erva-mate e a pecuária bovina; a própria Cia Matte Larangeira era uma das maiores empresas criadoras de gado do estado de Mato Grosso. A esse respeito Figueiredo (1967, p. 263-264) considera que, “sendo uma cultura permanente, quando não uma atividade extrativista, a indústria do mate não impera sozinha nas propriedades ervateiras de Mato Grosso. A associação gado-mate é a mais comum”.

Com a proclamação da República, em 1889, o general Antônio Maria Coelho, primeiro governador do estado de Mato Grosso no período republicano, prorrogou, por meio da Lei nº. 520 de 1890, a concessão de exploração dos ervais da Cia Matte Larangeira por mais 10 anos (ver mapa 4). A área do arrendamento que se concentrava na porção sudoeste do estado é ampliada para boa parte da porção meridional do estado de Mato Grosso.

Pelo Decreto nº. 1.149, de 26 de dezembro de 1890, os irmãos Francisco Murtinho, Manoel José Murtinho e Joaquim Duarte Murtinho, influentes e atuantes políticos do estado de Mato Grosso e do país, fundaram o Banco do Rio e Mato Grosso, que concedia empréstimos à Cia Matte Larangeira. Para ter o direito de continuar explorando os ervais nativos, Thomáz Larangeira não teve outra opção a não ser unir-se ao Banco do Rio e Mato Grosso, em 1892, quando a Cia tornou-se uma subsidiária do Banco.

Em 1902, o Banco do Rio e Mato Grosso, acionista majoritário da Cia Matte Larangeira, pediu falência e foi comprado pela firma argentina Francisco Mendes Gonçalves & Cia e por Thomáz Larangeira, passando a se chamar Larangeira, Mendes & Cia. A nova Cia, com sede em Buenos Aires, recebeu grande parte das rendas da produção da erva-mate que passou a ser vendida, *in natura*, para a Argentina, onde era beneficiada.

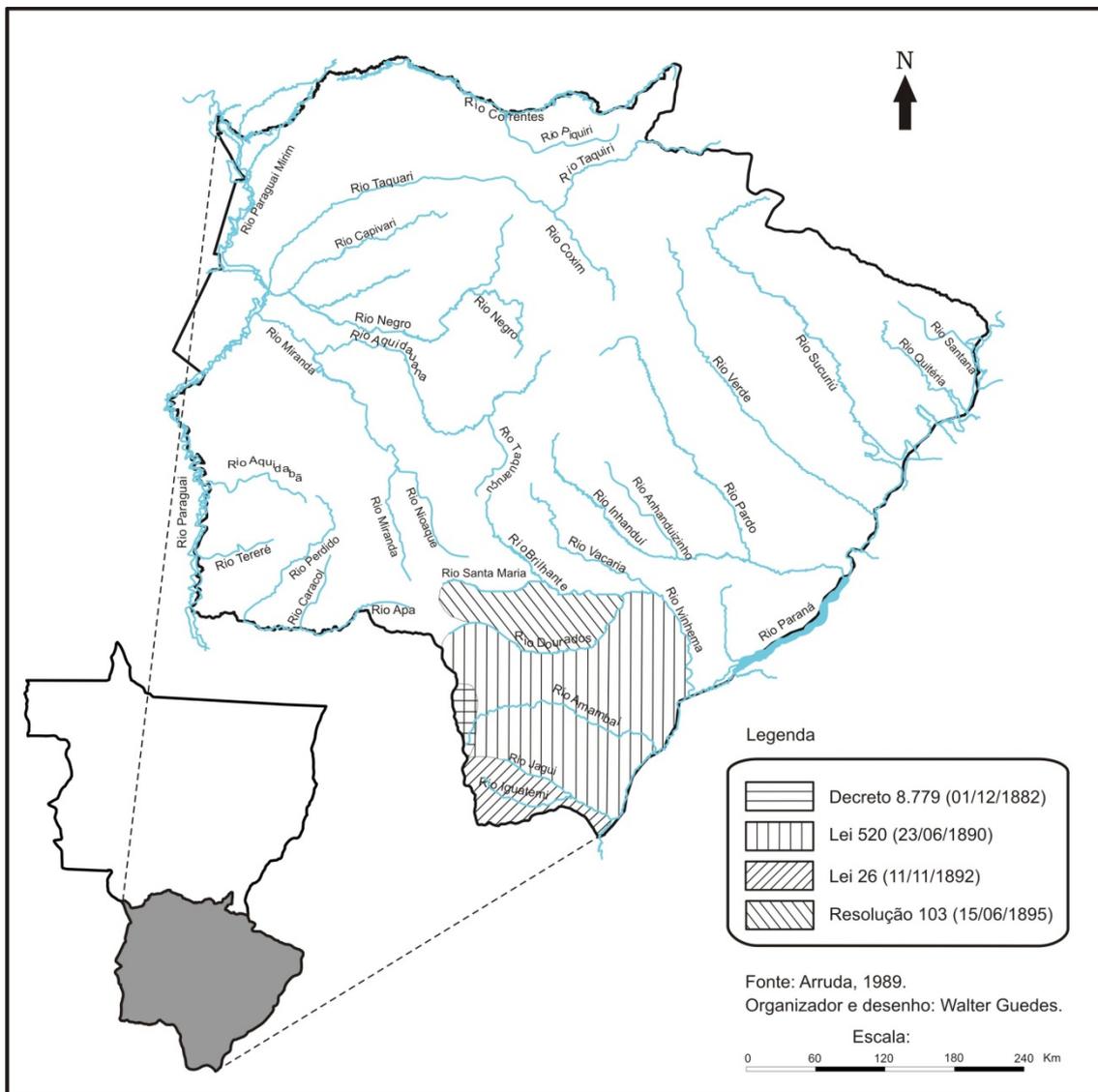
O controle territorial, com o auxílio estatal, era fundamental para o domínio de toda a região. Como os ervais estavam auferindo bons lucros, o governo foi generoso com os Murtinhos, donos do banco que, segundo Arruda (1989, p. 62), obtiveram 14.500 das 14.960 ações da Cia e ampliaram, por meio da Lei nº. 26 de 1892, a área de exploração dos ervais para o extremo sul do Estado (ver mapa 4).

A relação estabelecida entre o Estado e a Cia Matte Larangeira confunde-se de tal forma que esta começou a ter muito domínio sobre as terras da União, como se as

mesmas lhe pertencessem. O crescimento da Cia baseou-se nessa íntima relação; sua influência em meio aos políticos era enorme, no dizer de Arruda (1989, p. 36): “[...] em Cuiabá, a Empresa Matte, junto ao governo e particulares – por força de seu assombroso crescimento industrial – mandava e não pedia”.

Além da concessão de exploração das áreas estabelecidas em 1882, 1890 e 1892, a Resolução n.º 103, de 1895, destinou mais terras para a exploração da erva-mate. As áreas concedidas à Cia Matte Larangeira para a exploração da erva-mate concentraram-se no sul do estado de Mato Grosso, uma região rica em ervais nativos e com baixa densidade demográfica. No Mapa 4 agrupamos todas as concessões destinadas à exploração da erva-mate para a Cia Matte Larangeira.

Mapa 4 - Sul do estado de Mato Grosso – Área das concessões para exploração da erva-mate (1882–1895)



PODER E RIQUEZA EM MEIO AOS ERVAIS - A FAZENDA CAMPANÁRIO

Em 1921, foi inaugurada a administração da fazenda Campanário – sede da Cia Matte Larangeira. Aproveitando-se do poder e da influência que tinha, a Cia recebeu grandes recursos financeiros do Estado. Os investimentos em infraestrutura na Fazenda Campanário eram elevados; possuía uma vila com habitações para todos os empregados, que era de aproximadamente 1.500 pessoas. Em 1924, a infraestrutura da Fazenda, também conhecida como cidade sede da Campanário, era melhor do que muitas cidades, contando com cinema, cassino, hospital, farmácia, armazéns, campos esportivos, campo de equitação, hotel, água encanada, fossa, rede de esgoto, telefone e luz elétrica.

A Fazenda Campanário era considerada uma “joia do sertão”. A necessidade de “civilizar” os paraguaios que viviam em conflito com a Cia Matte Larangeira levou-a a fundar uma escola que, segundo Arruda (1989, p. 32), “era a base de uma firme política de nacionalização”. Lenharo (1986b, p. 63) relata que a Fazenda contava com uma excelente estrutura para a manutenção de seus maquinários e equipamentos: escritório administrativo, serraria, ferraria, carpintaria, oficina mecânica, usina de força de luz e ainda um campo de aviação militar.

A construção e despesas de manutenção da Fazenda Campanário eram custeadas pela Cia Matte Larangeira, que orientou o ensino na escola para “nacionalizar” as crianças indígenas e paraguaias. Para isso, não permitiu o uso de outra língua que não fosse o português, tampouco o estudo da história que não fosse a do Brasil. Segundo Arruda (1989, pp. 32-33), os estudantes paraguaios sabiam a biografia do Presidente Vargas na “ponta da língua”, mas desconheciam se seu próprio país de origem – o Paraguai – tinha presidente.

No início do século 20, a Cia Matte Larangeira passou a investir desde o aperfeiçoamento da produção até as embalagens da erva-mate que seriam exportadas, criando novos departamentos e setores de controle do processo de produção. Segundo Serejo (1986, pp. 95-96), em 1934, a Cia possuía mais de 18.000 trabalhadores, 900 carretas, 37 lanchas, 180 embarcações auxiliares, 20 rebocadores, 55.000 cabeças de gado, 1.700 burros e 2.500 cavalos.

Por sua articulação política, a Cia Matte Larangeira também se beneficiou da construção de pequenos trechos de transporte rodoviário e ferroviário para o transporte

de mercadorias, o que contribuiu para o aumento do fluxo migratório de trabalhadores da erva-mate e para a formação de povoados que deram origem às cidades de Porto Murtinho, Bela Vista e Ponta Porã. A própria Cia construiu uma linha férrea própria para interligar a sede da Fazenda ao rio Paraguai, que era o principal meio de escoamento de sua produção, uma vez que os maiores compradores da erva-mate brasileira eram os países da América do Sul, por ordem de importância: Argentina, Uruguai e Chile.

Apesar dos decretos estabelecerem a área de exploração dos ervais, a Cia não respeitou esses limites e ultrapassou em muito a área estabelecida, atuando em todo o centro-sul do estado. A exploração dos ervais em grandes propriedades, juntamente com as fazendas de gado, contribuíram para que a região de domínio da erva-mate se configurasse por grandes latifúndios.

Antes de iniciar qualquer trabalho nos ervais, os trabalhadores da Cia realizavam a *monteada*, nome dado ao reconhecimento do local mais adequado para a exploração dos ervais nativos e a construção do rancho *guasú*, uma espécie de armazém onde se guardavam gêneros alimentícios, roupas e demais provisões para os trabalhadores. Em seguida, eram construídos o *tambora*, grupo de tambores responsáveis pela primeira secagem da erva-mate no fogo, e o *barbaquá*, uma espécie de forno que retirava a umidade restante da erva, deixando-a mais leve para ser beneficiada nos moinhos. Por fim, eram feitos o moinho, local onde a erva era triturada, peneirada e ensacada, e o armazém, onde a erva-mate era estocada.

O trabalho nos ervais não era fácil, ao contrário, era árduo e exigia um grande número de trabalhadores com tino para a lida; a maioria era constituída por paraguaios.

Foto 1: Transporte da erva-mate pelos trabalhadores



Na foto acima destaque para dois mineiros, nome dado aos trabalhadores que transportavam a erva-mate. A erva que estivesse a uma distância de aproximadamente dois quilômetros do rancho *guasú* deveria ser transportada nas costas dos mineiros que, para equilibrar o *raído* (fardo de erva-mate que pesava de 60 a 150 kg), amarravam uma tira de couro na cabeça e apoiavam uma das mãos em um galho resistente. Foto: Acervo Memória Fotográfica de Dourados, 2011.

INTERLIGAR PARA INTEGRAR - A ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL (NOB)

Construída durante as primeiras décadas do século 20, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil interligou Bauru (SP) a Corumbá, um importante entreposto comercial por estar margeado pelo rio Paraguai, principal via de escoamento da produção para os países platinos.

Segundo Abreu (2001, p. 51), ao possibilitar essa ligação ferroviária, a Estrada de Ferro NOB ofuscou a posição de Corumbá como principal entreposto comercial regional, pois, interligando São Paulo-Corumbá, a Estrada de Ferro NOB também interligou Campo Grande e Três Lagoas às cidades paulistas, convertendo-as, no transcorrer das décadas seguintes, nos principais centros de convergência do gado comercializado com o mercado paulista, mais precisamente com os frigoríficos de Araçatuba, Andradina e Barretos.

O avanço da Estrada de Ferro NOB demonstrou os interesses políticos em ampliar o comércio não só com o Sudeste, mas também com os países da Bacia do Prata. É o que relata Queiroz (2004, p. 25):

Se nesse segmento, portanto, destacam-se as transformações econômicas induzidas pela NOB, no trecho sul-mato-grossense, por outro lado, o que se acentua é o caráter estratégico da ferrovia, dirigida às fronteiras, parte de uma possível transcontinental, meio de atração dos vizinhos sem saída para o mar – destinada, enfim a fazer face, no extremo sudoeste do Brasil, ao comércio associado aos rios e aos interesses argentinos.

O traçado original da ferrovia previa interligar São Paulo a Cuiabá, centro administrativo do estado, mas os interesses de grupos estrangeiros, que financiaram parte da construção da Estrada de Ferro NOB, fizeram com que seu traçado fosse alterado em 1908, deslocando o ponto final previsto de Cuiabá para Corumbá, abrindo margem para uma maior exploração econômica do sul do estado. A construção da ferrovia deu-se ao longo das primeiras décadas do século 20, com o primeiro trecho concluído em 1914, ligando Bauru a Porto Esperança. Em 1938, no governo Vargas, iniciou-se a construção do traçado de Campo Grande a Ponta Porã, que teve o primeiro traçado concluído em 1944 e o último, em 1953.

Para Corrêa Filho (1969, p. 113), a Estrada de Ferro NOB trouxe um contingente de imigrantes constituídos “não somente de paulistas, mas também de estrangeiros, que se internam além do Paraná”. Dos imigrantes estrangeiros estabelecidos no estado de Mato Grosso até o ano de 1940, a maioria veio dos países da América do Sul (17.216), seguidos de japoneses (1.105) e portugueses (910). Quanto à imigração interna, o destaque foi para os baianos (15.482), goianos (11.115), mineiros (8.960), gaúchos (8.187) e paulistas (7.413) (CORRÊA FILHO, 1969, pp. 113-114).

Apesar da ideia de que a ferrovia seria a grande dinamizadora do transporte do gado para os estados do sudeste, não foi o que se verificou na região atendida pela NOB, pois ainda predominou o transporte do gado a pé em comitivas para o oeste paulista e para o Triângulo Mineiro. Abreu (2001, p. 55) destaca que era preciso relativizar o papel da ferrovia como agente de transformação dessa região, “sua construção ratificou uma economia já existente, que se voltava para exportação e que estava internamente calcada na existência de grandes fazendas de criação de gado [...]”.

Mas qual o verdadeiro significado econômico da Estrada de Ferro NOB para o sul do estado de Mato Grosso? Para Queiroz (2004, pp. 394-421), a NOB teve diferente

papel para cada uma das principais atividades econômicas regional: pecuária bovina, indústria do charque e erva-mate.

Para a pecuária bovina, Queiroz (2004, p. 404) concluiu que a Estrada de Ferro não apresentou significativas mudanças no transporte de gado: “[...] grande parte do gado exportado por Mato Grosso, mesmo depois da construção da Noroeste, continuam a deixar o Estado a pé, no velho sistema das morosas boiadas”. O aumento no transporte do gado pela Estrada de Ferro NOB ocorreu mais no trecho da ferrovia que se encontrava no estado de São Paulo, onde se concentravam os frigoríficos paulistas. Era comum aos criadores de gado vender o gado magro para os invernistas paulistas fazerem a engorda.

Se a ferrovia não imprimiu profundas mudanças no transporte do gado a pé, o mesmo não pode ser dito a respeito do transporte do charque. A presença da ferrovia contribuiu para a criação das charqueadas, que se concentraram ou às margens dos rios ou próxima à Estrada de Ferro NOB, principalmente no trecho que ligava Três Lagoas a Miranda. Para Corrêa Filho (1969, p. 690), mesmo com a isenção de imposto para o charque, desde 1873, o crescimento das charqueadas só foi possível graças à facilidade do transporte pela ferrovia.

No final do século 19 até as primeiras décadas do século 20, a erva-mate foi a atividade econômica que mais conferiu receita aos cofres públicos do estado de Mato Grosso. Entre as principais atividades econômicas da região (gado, charque e erva-mate), a erva-mate foi a que mais utilizou o transporte ferroviário. A própria Cia Matte Larangeira tinha sua própria linha férrea, um pequeno trecho que ligava a sede da Cia, no município de Ponta Porã, até Porto Murtinho.

Boa parte da erva-mate produzida na região era transportada de caminhão para Campo Grande e, depois, pela Estrada de Ferro NOB, sentido Porto Murtinho. No início do século 20, a Cia Matte Larangeira mudou a rota de exportação da erva-mate, que deixou de ser transportada pelo rio Paraguai e passou a ser transportada pelo rio Paraná. Para que isso ocorresse, a Cia construiu mais 65 km de ferrovia em Guaíra, na fronteira com o estado do Paraná. A mudança da rota de exportação deu-se pelo esgotamento dos ervais próximos a Porto Murtinho.

A ampliação da Estrada de Ferro NOB não teve apenas propósitos econômicos, mas também políticos – o de segurança nacional, uma vez que, pelo rio Paraguai,

estrangeiros e invasores poderiam ter acesso ao estado de Mato Grosso; sem dizer que boa parte dos proprietários das terras localizadas nas zonas fronteiriças já eram estrangeiros. Acrescenta-se ainda a relevância geopolítica de interligar São Paulo a Corumbá que, pela deficiência de ligação desse importante entreposto comercial com os demais estados do país, negociava diretamente com o mercado externo, pondo em risco os interesses nacionais.

EM TERRAS DE ERVAIS NEM TUDO ERAM GLÓRIAS

Para impor seu domínio sobre a produção e comercialização da erva-mate, a Cia Matte Larangeira fez uso da força e da repressão àqueles que ameaçassem seu império, inibindo, definitivamente, o interesse de qualquer um que se aventurasse em desenvolver qualquer atividade econômica sem sua “bênção”. Luta, sangue e morte eram o preço que se poderia pagar aos que enfrentassem a Cia Matte Larangeira.

Para se ter ideia do poder que a Cia Matte Larangeira exercia na região, uma das cláusulas que regulamentava a instalação de pessoas na área do arrendamento foi alterada. A autorização, que era pública, passou, em 1893 (um ano após o Banco do Rio e Mato Grosso fundir-se a Cia Matte Larangeira), a ser concedida pela própria Cia. Uma mudança de responsabilidade do público para o privado.

A autoridade pública perde, para a Companhia, a capacidade de autorizar a instalação de pessoas sobre terras devolutas. A empresa conquista o poder de polícia e vigilância sobre todas as terras do contrato. Passa a contar também com a possibilidade de “legislar” ou “conceder” direitos aos outros. A defesa da propriedade, através de “violência legítima”, deixa de ser exclusividade do Estado (ARRUDA, 1989, p. 44).

Como se não bastasse o direito de exercer o poder de polícia, a Cia Matte Larangeira conseguiu a concessão na cobrança dos impostos pela exportação da erva-mate em todo o território em que atuava. Eis por que Arruda (1989, pp. 37-65) afirma que a Cia constituiu-se num “Estado dentro do Estado”, até no território paraguaio ela impunha seu domínio para explorar a erva-mate.

A disciplina era imposta de forma severa, afinal, os paraguaios e índios que trabalhavam nos ervais eram tidos como homens indomáveis e agressivos. Os trabalhadores não podiam utilizar qualquer tipo de arma ou jogos. As bebidas alcoólicas

só eram permitidas em dias de baile, nos quais bebiam e festejavam com suas mulheres ou com prostitutas contratadas pela Cia Matte Larangeira. O intuito era minimizar a tensão dos trabalhadores, além de aumentar seus gastos, fazendo-os terem maior dificuldade de se livrar do poder da Cia.

Aos que tentassem fugir sem pagar suas dívidas, a punição era severa. Práticas escravistas com o uso do *teyu-rugway* (chicote de rabo de lagarto) e *mboroby-pirê* (chicote de couro de anta) eram utilizadas naqueles capturados pelos comitiveiros – homens armados mantidos pela Cia. Sobre os chicotes, Donato (*apud* ARRUDA, 1989, p. 157) retrata: “Um corta fino e fundo, coisa aí para um mês de febre e dor. O outro não faz sangue - arrebenta até os ossos – mas não faz sangue”.

A atuação da Cia foi decisiva para que o território em que a mesma detinha o monopólio de exploração da erva-mate se configurasse com base na grande propriedade rural. A presença de alguns pequenos produtores em terras dos ervais não foi suficiente para que se alterasse a configuração regional pautada na grande propriedade rural.

Segundo diagnóstico da estrutura fundiária do sul do estado de Mato Grosso realizada por Carneiro (*apud* ARRUDA, 1989, p. 75), dos 250.000 habitantes que residiam no sul do estado, no ano de 1936, apenas 2.500 (1%) eram proprietários de terras. Nesse mesmo ano, o município de Ponta Porã tinha 40.000 habitantes numa extensão territorial de 50.000 Km², mas apenas 0,5% da população era proprietária de suas terras, o que revela a forte concentração de terras no município.

Controlar as relações no campo e a exploração da erva-mate não era suficiente para garantir o poder e a “ordem”. Era preciso dominar e impor a disciplina em toda a região de domínio dos ervais e isso incluía o espaço urbano e as terras do país vizinho – o Paraguai, onde a Cia também tinha concessão de exploração dos ervais.

Em 1898, o jornal paraguaio *El Pueblo* publicou uma carta dos moradores paraguaios que viviam próximos do atual município de Ponta Porã – Brasil, dirigida ao Ministro do Interior do Paraguai, na qual foram feitas denúncias da ação repressiva da Cia Matte Larangeira aos moradores da zona urbana, que foram coagidos a assinar um contrato de aluguel de seus estabelecimentos. Como a Cia Matte Larangeira também detinha a concessão para a exploração dos ervais no território paraguaio, o desenvolvimento de qualquer atividade em terras de sua concessão era condicionado à sua autorização. Com base nessa premissa, a Cia passou a atuar nos núcleos urbanos

exigindo que os moradores e comerciantes pagassem aluguel ou parassem de desenvolver suas atividades. Segundo relato da carta escrita pelos moradores paraguaios ao Ministro do Interior do Paraguai, a Cia pretendia um “arrendamento mensal por cada casa que ocupamos, sendo estas em maior parte, casas de negócios, além deste pagamento ficaríamos sujeitos a estar sob as ordens gerais do encarregado da Companhia, o que não nos parece justo nem aceitável” (*apud* ARRUDA, 1989, p. 47).

O desenvolvimento da pecuária e do extrativismo da erva-mate, numa região de sucessivos conflitos e mortes, representou uma oportunidade para o estabelecimento de um novo eixo produtivo desvinculado da capital Cuiabá, acentuando ainda mais o isolamento do sul em relação ao norte da Província. Esse quadro só foi alterado em meados de 1930, além das migrações dos sulistas para a região e dos conflitos que aí se sucederam, houve o despertar da Argentina para a concorrência com os ervais brasileiros. As ideias de parcelamento das terras da Cia Matte Larangeira cresceram acompanhando o próprio crescimento da Cia. Foi um período marcado por discussões a respeito de sua atuação e da necessidade de extinguir seu monopólio para que outros produtores e atividades se desenvolvessem.

O golpe final que desestruturou definitivamente o poder da Cia Matte Larangeira foi a campanha Marcha para o Oeste do governo Vargas de 1937, que visou ocupar o território brasileiro nos chamados vazios demográficos. A política de Vargas para nacionalizar a fronteira, caracterizada pela pequena propriedade familiar, e a nova Constituição de 1937, que proibia o arrendamento de grandes propriedades em região de fronteira, foram decisivas para desestruturar a Cia – configurava-se a queda do império da Cia Matte Larangeira e a ascensão dos pequenos produtores com uso da mão de obra familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o final da Guerra do Paraguai até o final dos anos 30 do século 20, as tradicionais atividades da pecuária bovina e da erva-mate foram os principais eixos econômicos que estruturaram o território da região de domínio da erva-mate em grandes propriedades rurais. Com uma característica em comum representada pela necessidade de grande extensão territorial para seu desenvolvimento, elas pouco contribuíram para o processo de integração da região à economia nacional.

A integração da região de domínio da erva-mate ao mercado externo deu-se pelo e para o capital, que monopolizou a exploração do gado, da erva-mate e da terra, caracterizando um processo que resultou na concentração de terras devolutas nas “mãos” da Cia Matte Larangeira. Essa Cia manteve o domínio sobre a exploração e a comercialização da erva-mate, contribuindo para a formação de uma elite regional, formada por grandes fazendeiros e políticos, com a exploração da mão de obra paraguaia.

O monopólio da Cia Matte Larangeira na exploração da erva-mate e no domínio territorial regional só foi possível graças à atuação do poder público que, ao legislar a favor da Cia, beneficiou membros do alto escalão do próprio governo. A articulação entre o poder público e Cia Matte Larangeira conferiu à última direitos até então da esfera pública, assumindo efetivamente o poder e o controle sobre todas as terras devolutas que estavam sob sua concessão, inclusive o poder de polícia.

A busca pelo dito progresso e pela civilização dos moradores da região foi uma das metas estabelecidas pela Cia Matte Larangeira, que teve claros propósitos de destruir práticas e tradições dos trabalhadores dos ervais para incutir novos hábitos e crenças, o que facilitaria o domínio e o controle territorial. O propósito de civilizar os trabalhadores não era apenas para nacionalizar a fronteira, era antes uma estratégia para inseri-los ao novo sistema produtivo condizente com a demanda do mercado internacional, mesmo que isso implicasse expropriar seus conhecimentos sobre o uso e o manejo da erva-mate adquiridos com o povo Guarani.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço Mato-Grossense - contexto, propósitos e contradições.** 2001. 328f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira.** 1989. 233f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Letras, História e Psicologia, Universidade Estadual de São Paulo. Assis, 1989.

- CAMPESTRINI, Hildebrando. **Mato Grosso do Sul: conflitos étnicos e fundiários.** Campo Grande: [s.e.], 2009.
- CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1989-1943).** 2ª. edição. Campo Grande: UFMS, 2006.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- FIGUEIREDO, Alvanir de. **A presença geoeconômica da atividade ervateira.** 1967. 437f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo. Presidente Prudente, 1967.
- LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste.** Campinas: Unicamp, 1986b.
- MAMIGONIAN, Armen. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. **Revista GEOSUL**, Santa Catarina, vol. 1, n.º. 1, pp. 39-58, 1986.
- PINTO SOBRINHO, Almiro. **Amambai: Memórias e histórias de nossa gente.** São Paulo: Pedro & João editores, 2009.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20.** Bauru: UDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004.
- SEREJO, Hélio; *et. al.* (Orgs.). **Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul (1883–1947).** Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986.
- VALVERDE, Orlando. Fundamentos Geográficos do planejamento do município de Corumbá. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 34, pp. 49-144, 1972.